



Ministério da Saúde  
Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente  
Departamento do Programa Nacional de Imunizações  
Coordenação-Geral de Incorporação Científica e Imunização

NOTA TÉCNICA Nº 108/2025-CGICI/DPNI/SVSA/MS

**1. ASSUNTO**

1.1. A presente Nota Técnica tem por finalidade orientar os serviços de saúde acerca da vacinação contra hepatite B em recém-nascidos nas maternidades, ressaltando sua prioridade no âmbito da eliminação da transmissão vertical das hepatites virais<sup>1</sup>, em conformidade com a Instrução Normativa do Calendário Nacional de Vacinação 2025<sup>2</sup>.

**2. CONTEXTUALIZAÇÃO**

2.1. A hepatite B é doença viral que, quando adquirida no período neonatal, apresenta elevado risco de cronificação, podendo atingir até 90% dos casos em recém-nascidos não imunizados. A transmissão vertical, ocorrendo durante o parto ou imediatamente após, constitui a principal via de infecção nesta fase<sup>3</sup>.

2.2. A administração da vacina hepatite B ainda da maternidade, preferencialmente nas primeiras 12 horas de vida, é a estratégia mais eficaz para prevenir a transmissão vertical das hepatites virais<sup>2</sup>. Essa ação constitui medida técnica imprescindível e encontra respaldo normativo, especialmente na Resolução nº 36/2008 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)<sup>4</sup>, que impõem aos serviços obstétricos e neonatais a obrigação de assegurar condições adequadas para a imediata aplicação das imunizações preconizadas e na Instrução Normativa do Calendário Nacional de Vacinação 2025.

2.3. A eliminação da transmissão vertical da hepatite B constitui uma das metas estabelecidas no âmbito do Programa Brasil Saudável – Unir para Cuidar<sup>5</sup>. Ademais, o Brasil assumiu compromissos internacionais no âmbito do Pacto Nacional para Eliminação da Transmissão Vertical do HIV, Sífilis, Hepatite B e Doença de Chagas, alinhados às diretrizes da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e da Organização Mundial da Saúde (OMS). As referidas entidades estabelecem como meta prioritária a eliminação da transmissão vertical dessas infecções até 2030, com destaque para a garantia de cobertura vacinal mínima de 95% da dose da vacina hepatite B administrada ao nascer<sup>1,3</sup>. Esses compromissos reforçam o dever do país em consolidar a eliminação da transmissão vertical das hepatites virais como estratégia nacional de saúde pública.

**3. RECOMENDAÇÕES PARA VACINAÇÃO CONTRA HEPATITE B AO NASCER**

3.1. Em conformidade com o Programa Nacional de Imunizações (PNI) e a Instrução Normativa do Calendário Nacional de Vacinação 2025, recomenda-se:

· Que todos os recém-nascidos recebam, preferencialmente nas primeiras 12 horas de vida e ainda na maternidade, uma dose da vacina hepatite B;

- Que recém-nascidos de mães HBsAg positivas recebam, além da vacina, dose de imunoglobulina específica anti-hepatite B (IGHAB), aplicada em sítio anatômico distinto, idealmente nas primeiras 12 horas de vida, admitindo-se excepcionalmente o prazo de até 7 dias;

- Que o estabelecimento de saúde registre a aplicação da dose no Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI) ou em sistema integrado à Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS), garantindo a rastreabilidade e o acompanhamento da cobertura vacinal, conforme dispõe a Portaria GM/MS nº 5.663, de 31 de outubro de 2024.

3.2. Vale ressaltar que todas as maternidades, públicas ou privadas, devem dispor da vacina contra hepatite B, em condições adequadas de conservação.

#### 4. CONCLUSÃO

4.1. Considerando as informações apresentadas, conclui-se que a vacinação contra hepatite B em recém-nascidos, realizada preferencialmente nas primeiras 12h de vida nas maternidades, constitui medida fundamental para a prevenção da transmissão vertical da doença. Essa ação é respaldada por normativas nacionais e compromissos internacionais que visam a eliminação das hepatites virais como prioridade estratégica de saúde pública.

4.2. Recomenda-se, portanto, que todos os estados e municípios garantam que todos os serviços de saúde obstétricos e neonatais, públicos ou privados, cumpram integralmente as orientações constantes nesta Nota Técnica, incluindo a manutenção de estoque adequado da vacina, a aplicação tempestiva e o registro rigoroso das doses administradas. O atendimento a essas diretrizes é imprescindível para assegurar a efetividade do Programa Nacional de Imunizações e o cumprimento das metas estabelecidas pelo Brasil até o ano de 2030.

4.3. Permanecemos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos complementares que se fizerem necessários.

#### 5. REFERÊNCIA

1. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de HIV, Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Guia para a eliminação das hepatites virais no Brasil [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2025 [citado 2025 set 17]. Disponível em: [https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia Eliminacao\\_hepatites\\_virais\\_Brasil.pdf](https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia Eliminacao_hepatites_virais_Brasil.pdf)
2. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente; Departamento do Programa Nacional de Imunizações; Coordenação-Geral de Incorporação Científica e Imunização. Instrução Normativa que instrui o Calendário Nacional de Vacinação – 2025 [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2025 [atualizado 2025 jul 29; citado 2025 set 17]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao/publicacoes/instrucao-normativa-que-instrui-o-calendario-nacional-de-vacinacao-2025.pdf>
3. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Guia para certificação da eliminação da transmissão vertical de HIV, Sífilis, Hepatite B e Doença de Chagas: versão preliminar [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2023 [citado 2025 set 17]. Disponível em: <https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/2023/guia-versao-preliminar.pdf>
4. Brasil. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 36, de 3 de junho de 2008. Dispõe sobre regulamento técnico para funcionamento dos serviços de atenção obstétrica e neonatal [Internet]. Diário Oficial da União. 2008 jun 3 [citado 2025 set 17]. Disponível em: [https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2008/res0036\\_03\\_06\\_2008.html](https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2008/res0036_03_06_2008.html)
5. Brasil. Comitê Interministerial para a Eliminação da Tuberculose e de Outras Doenças Determinadas Socialmente. Diretrizes Nacionais do Programa Brasil Saudável: unir para cuidar [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2025 [citado 2025 set 17]. Disponível em: <https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/2025/diretrizes-nacionais-brasil-saudavel.pdf>

De acordo,

ANA CATARINA DE MELO ARAUJO  
Diretora Substituta

## Departamento do Programa Nacional de Imunizações



Documento assinado eletronicamente por **Ana Catarina de Melo Araujo, Diretor(a) do Departamento do Programa Nacional de Imunizações substituto(a)**, em 26/09/2025, às 10:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariângela Batista Galvão Simão, Secretário(a) de Vigilância em Saúde e Ambiente**, em 29/09/2025, às 18:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.saude.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0050671806** e o código CRC **3AED8C49**.

**Referência:** Processo nº 25000.167615/2025-11

SEI nº 0050671806

Coordenação-Geral de Incorporação Científica e Imunização - CGICI  
SRTVN 701, Via W5 Norte Edifício PO700, 6º andar - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70719-040  
Site - [saude.gov.br](http://saude.gov.br)